

ATA N ° 05/ AM /2017

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE -----

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte e uma horas, na sala de reuniões da Freguesia de Abela, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. **Expediente.** -----
2. **Ata.**-----
3. **PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) **Derrama para o ano de 2018;**-----
 - b) **Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), para 2018;**
 - c) **Participação Variável no IRS, fixação da percentagem para 2018;**-----
 - d) **Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Dar conhecimento;**-----
 - e) **Transferência de verba para a Junta de Freguesia de Santo André – Comparticipação no mural realizado no Skate Park de Santo André;**----
4. **ATIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

-----**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro das Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio de Matos Gonçalves. -----

-----**Não compareceram os membros:** Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, António João Antunes Isidoro, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes e Angela Isabel Baltazar Almeida.-----

-----**Verificou-se ainda a presença** do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, e dos Senhores Vereadores Maria Margarida Santos, Albano Pereira, Daniela Martins e Francisco de Sousa.-----

-----**Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:** -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----
SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor Ricardo Rico, eleito do PS, se fazia substituir na presente Sessão, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas, que se segue na mesma lista, em conformidade com o previsto no artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

AGRADECIMENTOS – CUMPRIMENTOS -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Junta de Freguesia de Abela a cedência das suas instalações para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela, Rui Matos, deu as boas vindas a todos os presentes, felicitando a Presidente da Assembleia pela descentralização das sessões deste órgão autárquico e pela realização da última sessão do actual mandado na Freguesia de Abela.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO IRIA REVEZ-----

Pelo Senhor João Alberto Machado Guerreiro, eleito da CDU, foi apresentado o seguinte VOTO DE PESAR:-----

“A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em Sessão Ordinária, no dia 8 de setembro de 2017, em Abela, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento de ANTÓNIO IRIA REVEZ, natural de Ermidas Sado, médico, antifascista, preso político no anterior regime, membro da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, no mandato de 1977-79, eleito, em 1976, nas primeiras eleições democráticas para este órgão autárquico, criado depois do 25 de Abril de 1974, tendo sido candidato nas listas da FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido. -----

À sua Família a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém apresenta as mais sentidas condolências.”-----

A senhora Presidente colocou o Voto de Pesar a votação. -----

Aprovado, por unanimidade. -----

MOÇÃO – POR UM FINANCIAMENTO PÚBLICO QUE CUMpra A LEI DAS FINANÇAS LOCAIS.-----

Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:

“As transferências no último orçamento do estado para os municípios atingiram 2,5 mil milhões de euros. Após os cortes brutais às autarquias impostos pelo anterior governo e para além da comparticipação forçada dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal, o montante das transferências em 2017 foi já uma melhoria (mais cem milhões de euros que em 2015), mas ainda assim não foi inteiramente cumprido o artigo 35º da Lei das Finanças Locais. -----

Para responderem aos problemas sociais e económicos que afetam as populações, os municípios têm alargado a sua intervenção a matérias que não são suas atribuições. E, apesar disso, tem vindo a diminuir a despesa efetiva (menos 120 milhões de euros só no primeiro semestre de 2016) e a dívida total dos municípios também foi reduzida em mil milhões de euros. -----

Num quadro em que estão a ser desenhadas novas competências para as autarquias, importa romper o ciclo de incumprimento da Lei das Finanças Locais e aumentar o total das transferências para os municípios, a para de um maior rigor na gestão das finanças autárquicas e do reforço dos mecanismos de participação e fiscalização. -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 8 de setembro de 2017, delibera: -----

- Defender que no processo de elaboração do Orçamento para 2018 sejam tidas em conta as sugestões já apresentadas pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e seja integralmente respeitada a Lei das Finanças Locais. -----

Desta Moção será dado conhecimento ao Governo de Portugal, Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de Moção, para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU**, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves e **um da eleita do BE**, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Quatro abstenções de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

A partir deste momento, eram vinte e uma horas e trinta minutos, verificou-se a presença do Senhor Nelson José Bento Raposo e da Senhora Miriam Mills Mascarenhas, eleitos do PS. -----

MOÇÃO – PELA VALORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ENQUANTO ÓRGÃO CHAVE DA VIDA DEMOCRÁTICA DO MUNICÍPIO. ---

Pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:

“A Assembleia Municipal é um Órgão representativo do Município de Santiago do Cacém, dotado de poderes deliberativos, que visa a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da população. Compete-lhe deliberar sobre as matérias mais importantes para o Município, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da lei. ----

A AM é, indiscutivelmente, pela sua composição heterogénea, atribuições e competências, o lugar privilegiado para o verdadeiro exercício do diálogo democrático. Deve ser uma casa aberta aos munícipes e às suas preocupações, um espaço descentralizado, próximo das populações, e por último, um espaço de debate franco, construtivo e respeitador, entre várias forças políticas nela representadas, independentemente da proporção dessa mesma representação, com o fim derradeiro de se construírem soluções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no nosso concelho. -----

A atividade fiscalizadora da AM, exercida através da colocação de questões ao executivo, é consubstanciadora de uma das funções mais elementares do Órgão, e garante a verdadeira democracia na gestão das autarquias locais. -----

A passagem dos assuntos pela AM não pode ser uma mera formalidade na concretização de decisões consumadas em instâncias anteriores, sem espaço para a discussão ou cabal esclarecimento dos membros aí representados. -----

Assim, e no contexto das eleições que se avizinham, a 1 de outubro de 2017, todas as forças políticas representadas na AM de Santiago do Cacém reconhecem, através da aprovação desta Moção, o papel fulcral das Assembleias Municipais no desenvolvimento e na vida democrática do Município.”-----

A Senhora Joana Filipe referiu ainda que, antes da votação da Moção, gostaria de dizer as seguintes palavras sobre o papel de cada eleito enquanto parte integrante deste Órgão Autárquico: “Cada um de nós, sendo eleito democraticamente, tem o dever perante os seus eleitores, de assumir com seriedade e responsabilidade o papel que estes nos atribuem no dia das eleições, este é: contribuir assiduamente e activamente com todo o empenho e capacidade para o debate das soluções aqui trazidas à discussão. Isto é o mesmo que dizer: comparecer pontualmente às Assembleias, pedir a palavra, apresentar moções, colocar a nossa energia ao serviço dos nossos eleitores. Cabe a cada um de nós, com essa mesma seriedade, pensar se *estivemos* à altura da confiança que foi em nós depositada, em 2013.-----

Eu, neste fim de mandato, agradeço a confiança democrática que me proporcionaram os presentes e faço votos para os trabalhos da Assembleia Municipal, no próximo mandato, sejam mais frutíferos e ainda mais construtivos, e que as iniciativas sejam ainda mais participadas.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo concordar com o conteúdo da Moção, embora considerasse que nela devia ser afirmado que a AM *é* uma casa aberta aos munícipes, em lugar de “Deve ser”.-----

Mais referiu que tinha proposto que as sessões da Assembleia Municipal fossem publicitadas na rádio, para dar mais visibilidade a este Órgão Autárquico junto da população como acontecia, em Grândola, onde as pessoas iam assistir às reuniões e participavam nas mesmas. -----

Referiu ainda que este era o Órgão principal do Município, embora nas campanhas eleitorais não visse que fosse apresentado como tal.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, referindo que as campanhas eleitorais eram da responsabilidade das diferentes forças políticas que as promovem, acrescentando que participou activamente na campanha eleitoral de 2013 e, em 2017, está a participar na campanha eleitoral, em Lisboa, ao lado do seu camarada de Partido. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra a Senhora Presidente colocou, em seguida, a proposta de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves, um do eleito do PS, Senhor João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Cinco abstenções de eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Marina Patrícia Basílio Nelson José Bento Raposo, Vera Lúcia da Costa Violante e Miriam Mills Mascarenhas. -----

FREGUESIA DE ALVALADE – INICIATIVAS/CONVITE – CUMPRIMENTOS DE DESPEDIDA DE MANDATO. -----

O Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, convidou todos os presentes para a terceira edição do Festival do Tomate que terá lugar naquela Freguesia entre oito e dez de setembro com a participação de vários

restaurantes, acrescentando que se trata de um evento que tem vindo a crescer, esperando que aquele evento venha a ganhar uma dinâmica similar a outras iniciativas que têm lugar, anualmente, naquela Vila, nomeadamente o “Alvalade Medieval” e o “Raid de BTT- Alvalade a Porto, deixando também o convite para as próximas edições, considerando importante a realização destas iniciativas para a dinamização do comércio local e a mobilização das pessoas na sua organização. -----

Mais referiu que nesta última sessão da Assembleia Municipal, do actual mandato, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento a todos, considerando que foram doze anos interessantes, durante os quais tentou cumprir as suas responsabilidades, suscitando a discussão, sempre que possível, de assuntos importantes para os cidadãos, considerando que era importante que os mesmos tenham conhecimento do que é a Assembleia Municipal e a sua importância no Município. Agradeceu ainda ao Executivo Municipal tudo o que fez em prol das freguesias, à Presidente e aos restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal e às funcionárias do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, esperando que todos prossigam na defesa dos seus valores e dos interesses das populações. -----

CUMPRIMENTOS – FINAL DO MANDATO DE DOIS MIL E TREZE A DOIS MIL E DEZASSETE -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, começando por cumprimentar os membros da Mesa da Assembleia Municipal pela forma isenta e cordial como sempre dirigiu os trabalhos da Assembleia Municipal. Saudou e agradeceu ao Executivo Municipal o trabalho realizado, considerando que todos contribuíram para o desenvolvimento do Município. -----

Agradeceu também às funcionárias do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, pela paciência, o saber e o grande cuidado que tiveram no registo das intervenções efectuadas nas sessões da Assembleia Municipal, tendo sido capazes de traduzir nas actas o que foi dito, por vezes palavras cruzadas oralmente ditas, o que não era tarefa fácil. -----

Concluiu, desejando a todos felicidades pessoais e profissionais, fazendo votos para que aqueles que se seguirem façam um bom trabalho. -----

Interveio o Senhor João Saraiva de Carvalho, eleito da CDU, referindo que esta era a última sessão da Assembleia Municipal em que participava, depois de vinte anos consecutivos como membro deste Órgão Autárquico. Acrescentou que gostaria de pedir desculpas aos seus camaradas da CDU, caso não tenha atingido o que dele esperavam, e aos eleitos das outras forças políticas, pela sua contundência, a qual foi sempre motivada pelo objectivo comum de servir as populações, desejando felicidades aos que vão continuar na próxima Assembleia Municipal e também aqueles que irão sair. -----

INÍCIO DO ANO LECTIVO 2017/2018 – PESSOAL AUXILIAR -----

A Senhora Isabel Contente, eleita da CDU, referiu que o início do próximo ano lectivo estava previsto para o dia treze do mês em curso, solicitando informação sobre o ponto de situação relativamente à eventual falta de pessoal auxiliar para algumas escolas do Município. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, O qual começou por saudar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela, a todos os presentes e à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de, no actual mandato, ter conseguido algo inédito que foi a realização de sessões descentralizadas deste órgão autárquico em todas as freguesias. -----

Mais referiu que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal tinham ambos a sua importância no Município, de acordo com as suas competências. ----- Acrescentou que cada sessão da Assembleia Municipal era um momento de aprendizagem, através dos debates que são suscitados, estando sempre disponível para o diálogo e para trabalhar pelo desenvolvimento do Município, considerando que este é o objectivo de todos, desejando a todos felicidades pessoais. ----- Relativamente à eventual falta de pessoal auxiliar nas escolas, informou que o Agrupamento da Escolas de Santiago do Cacém deu conhecimento à Câmara Municipal de que não estava assegurado o pessoal auxiliar para as escolas rurais. Acrescentou que, perante esta informação, voltou a solicitar uma reunião com a Senhora Secretária de Estado da Educação, para tratar também deste problema, para além da questão da falta de pessoal na Escola Secundária Padre António Macedo, considerando que se tratava de uma situação que se repetia, o que não era aceitável, tendo em conta que o Ministério da Educação sabe que aquelas pessoas são necessárias em cada ano lectivo, pelo que, não se compreende que não sejam tomadas medidas, atempadamente, para assegurar uma necessidade que é permanente. Mais informou que foram abertos concursos para aquele efeito, na semana em curso, esperando que a situação fique resolvida até ao dia treze, e que continuaria a aguardar resposta sobre a reunião solicitada à Senhora Secretária de Estado, sendo que, se o problema não for resolvido a Câmara Municipal tomará uma posição pública sobre o assunto, para que sejam tomadas as medidas que se impõem. ----- Interveio a Senhora Joana Filipe, referindo que da informação do Senhor Presidente concluía que a data de início do próximo ano lectivo estava, de facto, em risco, caso o Ministério da Educação não resolvesse o problema. ----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não conhecia as medidas que o Ministério iria tomar, acrescentando que, em situações anteriores, a Câmara Municipal colaborou na resolução dos problemas que se colocaram, mas não o pode fazer pondo em causa a qualidade do serviço de apoio ao Pré-Escolar que é da sua competência. ----- Concluiu, referindo que cada sessão da Assembleia Municipal era um momento de aprendizagem, através dos debates que são suscitados, estando sempre disponível para o diálogo e para trabalhar pelo desenvolvimento do Município, considerando que este é o objectivo de todos, desejando felicidades pessoais para todos. -----

----- **ORDEM DO DIA:** -----

1. Expediente-----

---A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, de junho a sete de setembro de dois mil e dezassete, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Atas-----

---A Senhora Presidente colocou para discussão a **ata nº 04**, da Sessão Ordinária de vinte e dois de junho de dois mil e dezassete. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

Não votaram os senhores, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Jorge Manuel Mata Magrinho, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Jorge Canário Parreira, por não terem estado presentes naquela Sessão. -----

“3. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL -----

--- a) Derrama para o ano de 2018; -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um-** Que seja lançado a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), a cobrar no ano de 2018, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município. -----

Dois- Isenções para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 mil euros no ano anterior. -----

Três- Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----

Quatro abstenções, de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Miriam Mills Mascarenhas, João Filipe Pereira, Marina Patrícia Basílio Pedro, e Vera Lúcia da Costa Violante. -----

AUSÊNCIAS TEMPORÁRIAS: Senhores Hugo Ferreira e Nelson Raposo, eleitos do PS.” -----

--- b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI), para 2018;-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um –** Aprovar a taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2018:--
- Para prédios urbanos 0,37%. -----

Dois – Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

FUNDAMENTOS: – De acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º.287/2003, de 12 de novembro, na redação da Lei 83-c/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014), e o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, saudando o esforço adicional da Câmara Municipal na redução do IMI, medida que defendeu várias vezes durante o mandato, tendo em conta a sua importância para as famílias que têm imóveis no Município. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor,

sendo dezoito dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves e um da eleita do BE, Senhora Joana Ganço Filipe. -----
Seis abstenções, de eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Miriam Mills Mascarenhas, João Filipe Pereira, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, e Vera Lúcia da Costa Violante.” -----

--- **c) Participação Variável no IRS, fixação da percentagem para 2018;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da taxa de 5% para o ano de 2018 no referente à participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com os n.ºs. 1 e 2 do artigo 26 da Lei nº73/2013 de 3 de setembro e o disposto na alínea c) do nº1 do artigo 25 e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos eleitos da CDU, Senhor(a) (e)s Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Armando Severino de Almeida e Virgílio Gonçalves.-----

Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, Senhor(a)(e)s Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Miriam Mills Mascarenhas, João Filipe Pereira, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, e Vera Lúcia da Costa Violante, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Filipe.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO: A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, declarou que não votava contra, tendo em conta o esforço feito pelo Município na redução da taxa do IMI. -----

--- **d) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Dar conhecimento;** -----

Dar conhecimento à Assembleia Municipal do relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2017, apresentado pelo Auditor Externo que procede anualmente à revisão legal de contas.* -----

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d), do nº2, do artigo 77º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.” -----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Joana Filipe, eleita do BE, questionando, se a Câmara Municipal tinha uma perspectiva temporal para dar resposta à regularização da situação da Norma de Controlo Interno, em falta. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que persistiam as dificuldades de falta de pessoal na área financeira da Autarquia, o que tem atrasado a resposta a esta situação. Acrescentou que está prevista a entrada em vigor de nova legislação sobre esta matéria, pelo que, aquele documento de gestão estava a ser preparado de forma a conter as novas regras. -----

Mais referiu que o Relatório em apreço também continha vários aspectos positivos, nomeadamente a redução da dívida a curto, médio e longo prazo, bem como a capacidade de endividamento que tem permitido o recurso a empréstimos bancários para realizar obra, e uma taxa de execução superior a oitenta e cinco por cento, valor nunca antes atingido.-----

A Senhora Joana Filipe referiu que o BE fazia votos para que se continuasse a melhorar os diferentes indicadores de gestão. -----

TOMADO CONHECIMENTO.” -----

--- e) **Transferência de verba para a Junta de Freguesia de Santo André – Comparticipação no mural realizado no Skate Park de Santo André;**-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação da transferência de uma verba no valor de 1.230€ (mil duzentos e trinta euros) para a Freguesia de Santo André para comparticipação do mural realizado no Skate Park de Santo André. -----

FUNDAMENTOS DE FACTO: UM: A obra do Skate Parque de Vila Nova de Santo André foi inaugurada no dia 25 de março último. Foi uma obra muito aguardada pela população e que veio requalificar o espaço público de Vila Nova de Santo André.-----

DOIS: Naquele espaço foi realizado, pela empresa *No Art Limit* um grafiti alusivo à freguesia e à prática desportiva de skate. -----

TRÊS: O valor da pintura do mural foi suportado pela Junta de Freguesia de Santo André, sendo no entanto participado em 50% pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, perfazendo um valor de 1.230€ (mil duzentos e trinta euros). -----

FUNDAMENTOS DE DIREITO: UM: Compete à Câmara Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta, conforme previsto no artigo 33.º, n.º 1., alínea ccc) do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

DOIS: Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sob formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do citado Regime Jurídico.”-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta para discussão. Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando sobre a acção de vandalização que sofreu aquela obra e se seria de equacionar a vedação do espaço,

embora lhe parecesse que esta medida não se coadunava com o espírito da prática daquela modalidade.-----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, e Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, referiu que a acção de vandalismo sobre o Skate Parque tinha ocorrido ainda antes da inauguração daquela obra e que foram os próprios praticantes da modalidade que repararam os estragos e um grupo de jovens de Santo André, *No Art Limit*, embelezaram o espaço com os seus *graffits*.-----

Acrescentou que a Junta de Freguesia considera que aquele e outros espaços públicos, como o Parque Central, devem ser espaços abertos.-----

Mais referiu que aquela e outras obras realizadas na Freguesia foram executadas graças à colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia durante os três últimos mandatos em que tem presidio à mesma. Acrescentou que neste período, desde dois mil e cinco, apesar das limitações orçamentais das freguesias, foi possível reforçar o quadro de pessoal, de oito para catorze trabalhadores, efectivos, adquirir mais viaturas quatro viaturas, passando a dispor de seis, regularizar a situação do património, e deixar um saldo de mais de quatrocentos e vinte mil euros, quando o inicial era de trezentos mil euros.-----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, solicitando informação sobre as diligências efectuadas pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia relativas à construção de uma passagem pedonal com sinalização vertical luminosa, no Bairro da Atalaia, para atravessamento da ER261-5, considerando que a mesma era da maior importância para a população de Santo André.-----

Felicitou, em seguida, o Executivo Municipal pelo excelente trabalho que executou durante o presente mandato, pelas muitas obras realizadas durante os últimos quatro anos, em todas as freguesias, indo ao encontro das necessidades das populações.-----

Mais referiu que foi com muito gosto que participou na Assembleia Municipal, felicitando todos os eleitos, acrescentando esperar voltar a integrar a Assembleia Municipal no mandato seguinte e que a bancada da CDU venha a ser reforçada no próximo acto eleitoral.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que numa reunião da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Santo André com responsáveis e técnicos da empresa Infraestruturas de Portugal e o Consórcio Estradas da Planície que executaram as obras da A26 e ER261-5, os mesmos não se mostraram, inicialmente, receptivos à construção da passagem no Bairro da Atalaia e no Bairro Pôr do Sol, com a colocação de semáforos, porque consideravam que não era seguro. Contudo, as pessoas continuam a atravessar aquela via, rompendo a vedação ali colocada, o que é ainda mais perigoso. Acrescentou que, passados alguns meses sobre a data daquela reunião e apesar dos técnicos da empresa IP terem acabado por concordar com a Câmara Municipal nesta matéria, a empresa IP apresentou um relatório técnico sobre o assunto, contrariando a solução apontada pelas autarquias para o atravessamento da via no Bairro da Atalaia.----

Mais referiu que a questão de fundo passava pela classificação daquela parte da via como troço urbano, onde seria criada uma espécie de alameda, com soluções pedonais, obras que devem ser da responsabilidade da Administração Central e que poderão, depois de concluídas, ser assumidas pela Autarquia.-----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que no seguimento das conversações com aquelas entidades, acompanhou os técnicos da empresa IP aos locais previstos para o atravessamento da via, sendo que a situação no B^a da Atalaia era mais complicada, mas foi encontrado outro local, a partir do Bairro das Flores, sendo que, quando tudo parecia estar acordado, as autarquias receberam o parecer negativo da empresa IP.-----

Mais informou que na passagem do Bairro Por do Sol existe um problema que tem a ver com o facto dos geradores que produzem a energia para iluminação pública não terem a potência necessária e, por vezes, não funcionarem, ficando aquela zona sem iluminação e sem semáforos, o que é muito perigoso para quem ali circula. ----- Acrescentou que a construção de uma Alameda naquele troço foi projectada ainda no tempo da Gabinete da Área de Sines, sendo que, podia agora ser inovada, com a criação de duas rotundas, uma das quais para servir o Parque Industrial, de forma a evitar o trânsito pesado no interior da Cidade. ----- Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente, Paula Lopes, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha, o qual apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de maio e junho de 2017, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão.----- Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que queria deixar registada uma nota positiva pela forma como decorreram os trabalhos na via entre a Aldeia e a Cidade de Vila de Santo André, considerando também importante a concretização de algum investimento na zona rural daquela Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que foram executadas pavimentações na Galiza, Foros da Quinta e Deixa-o-Resto, sendo estes apenas alguns exemplos de investimentos que todos os anos são feitos nas zonas rurais das freguesias.-----

O Senhor Joaquim Gamito, 1º Secretário da Assembleia Municipal, desejou a todos os membros da Assembleia Municipal que vão continuar no próximo mandato que façam o melhor que possam e aos que não vão continuar que seja possível que se voltem a encontrar e que a amizade persista, desejando a todos as maiores felicidades. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Paula Lopes, agradeceu a forma como todos os eleitos na Assembleia Municipal contribuíram para um bom desenvolvimento dos trabalhos, nestes quatro anos, os quais a enriqueceram como pessoa. Agradeceu aos membros da Mesa e à Senhora Maria da Conceição Pinela Pereira que algumas vezes os substituiu, e à Vereação pela sua colaboração. -----

Agradeceu também às funcionárias do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Ermelinda Sobral e Teresa Pereira que, com a sua preciosa ajuda, contribuíram para que os trabalhos decorressem sempre da melhor forma. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e trinta minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente **ata**, a qual foi **aprovada, por unanimidade**, no final da presente Sessão, a última do mandato de dois mil e treze a dois mil e dezassete, e vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----
